

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.535 - SC (2019/0120129-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BUTZKE & CLAUDINO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - ME  
**ADVOGADOS** : CARLOS ROBERTO CLAUDINO DOS SANTOS - SC007249  
DANIEL MAYERLE - SC016381  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : CRISTIANO DE AMARANTE - SC019009  
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS CONSTITUTIVOS DO TÍTULO EXECUTIVO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. OMISSÃO CONFIGURADA. AGRADO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Sodalício entende ser "*possível o conhecimento de ofício pelas instâncias ordinárias das questões referentes aos requisitos constitutivos do título executivo (certeza, liquidez e exigibilidade), porquanto trata-se de matéria de ordem pública que não se submete aos efeitos da preclusão*" (AgRg no REsp 1.350.305/RS, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe de 26/2/2013).

2. Fica configurada a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal *a quo*, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não se manifesta sobre tema essencial ao deslinde da controvérsia.

3. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator